

Acta nº 4/2003

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e três, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Proposta de definição da taxa do imposto municipal de derrama para vigorar no ano de 2003;
4. Proposta de definição da taxa de contribuição autárquica aplicável aos prédios urbanos sítios no concelho de Montalegre, no ano de 2003;
5. RESAT – Aumento de Capital Social de 1.500.000 euros para 2.000.000 euros/subscrição de mais de 7.500 acções.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e um membros. Não compareceram à chamada os senhores Duarte João Liberal Calhelha, António José Silva Carvalho, António Eduardo Morais Batista dos Santos, Albino José Ribas, Manuel Dias Baptista, Adelina Maria Teixeira Rodrigues Félix, José Domingos Silva Ferrage, José Miranda Alves, Alexandre Dioniso Silva Antunes e António Gregório Azevedo Dias.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão do dia 30 de Junho de 2003 os senhores Carla Maria Ferreira Rodrigues, António Duarte Barroso Soutinho, Maria de Fátima Pereira Fernandes, Duarte João Liberal Calhelha, Nelson Tiago Antunes Rodrigues e António Gregório Azevedo Dias.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreeveram-se para intervir os deputados António Cascais, António José Carvalho, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Luis Pereira, Ricardo Moura, António Azevedo, Francisco Surreira, Luis Carril, José Manuel Carvalho, Paulo Cruz, Fernando Calvão, João Fecheira, José Acácio, Domingos Moura e Alberto Martins.

O deputado António Cascais perguntou se as obras na avenida vão continuar como estão pois, entre a Pastelaria Campos e o Supermercado, existe ali um hiato que obriga as pessoas a irem para a estrada. Convém que aquilo seja reparado pois está numa zona nobre da vila.

O deputado António José Carvalho recomendou ao Senhor Presidente da Assembleia que se preocupasse mais com as funções que exerce neste órgão e profissionalmente e não com outros aspectos pois 30 anos após o 25 de Abril não é fácil mudar opiniões. Disse ainda que Montalegre se tinha desenvolvido graças a esta autarquia. A vila está

muito bonita, não há buracos nas estradas, são factos que toda a gente constata e, da forma que se está a trabalhar, a vila ainda ficará mais bonita e os comerciantes agradecem. Referiu que se começa a querer dar todas as condições aos professores do primeiro ciclo que nunca exigiram nada, mas que sempre funcionaram, apesar de todas as adversidades. Referindo-se à intenção de fechar pequenos supermercados ao domingo, pensa que é prejudicial pois no Porto também estão abertos. A abertura não é obrigatória, só abre a porta quem quiser e não devem estar todos fechados porque alguém assim quer. Não percebe porque é que nos outros concelhos estão abertos e aqui fechados, contrariando a Lei geral.

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento à mesa:

“Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores deputados,

A recente decisão do Ministério da Educação em terminar o contrato de associação com a Escola da Misarelacoop, relativamente às turmas com o número de alunos inferior ao estipulado em despacho publicado no Diário da República em Abril de 2002, constitui a certidão de óbito daquela Escola.

Embora nesta fase sejam afectados os 5º, 7º e 10º anos, que já não funcionam, bem como novas turmas do ensino recorrente, adivinha-se o encerramento daquela Escola a curto prazo, pois gradualmente deixam de funcionar os outros anos. Vemos esta situação com profunda tristeza e frustração revoltante, pois assistimos a mais uma machadada na vida da freguesia de Ferral, que durante anos foi dotada com esta importante unidade de ensino que tanto dinamismo trouxe para esta freguesia e muito contribuiu para a educação de tantos jovens desta e outras freguesias.

Somos assim confrontados com mais um exemplo desta triste realidade, que é a desertificação do nosso concelho. Por falta de condições a população procura outras terras e, desta forma, as crianças diminuem drasticamente. Mais um exemplo da falta de coesão nacional, porque o governos não têm dotado o interior com os meios necessários que lhe permitam criar condições para o seu desenvolvimento.

Com a falta de apoio do Estado à Escola da Misarelacoop, o seu futuro fica comprometido e o encerramento será o caminho mais certo.

Perante tudo isto, não posso deixar de condenar a atitude do Ministério da Educação pelo corte dos apoios a esta Escola, bem como a atitude passiva da Câmara que nada fez para o encontro de soluções que permitam o aproveitamento de uma unidade tão importante para a freguesia de Ferral e mesmo para o concelho de Montalegre, que sem a vida das freguesias no seu conjunto também tenderá para uma situação de empobrecimento.

Senhor Presidente da Assembleia, solicito que submeta a esta Assembleia um voto de protesto que vou entregar à Mesa.

Montalegre, 29 de Setembro de 2003”

Assina, Domingos Vasconcelos

O deputado António Ferreira disse que, junto à marginal do Cávado, as presas a montante da ponte de pedra nunca estiveram como estão agora. Estão vazias, cheias de lama e erva e todas rebentadas. É preciso dar alguma solução a esse problema porque estão a dar mau aspecto. Em sua opinião, deviam ser reparadas nesta altura porque o rio tem pouca água. Lembrou que está a chegar o Inverno e os pingantes irão cair sobre os passeios que foram arrançados ainda recentemente. Pediu ainda esclarecimentos, ao Senhor Presidente da Câmara, sobre a Lei das Comunidades Urbanas e Inter-Municipais, porque sabe que há municípios a tomar posições.

O deputado Luis Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Salto, perguntou quando iria ser feita a regularização do pavimento da estrada da Reboreda e se seria possível o alargamento de uma curva em Paredes porque a máquina está lá.

O deputado Ricardo Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Padornelos, disse que se falava nos corredores da vila que as obras importantes estão paradas. Dizem que o empreiteiro do Parque de Exposições faliu e dizem ainda que agora só se gasta dinheiro na vila e as aldeias estão abandonadas. Estranha esse facto porque o concelho de Montalegre é dos mais avançados e dos mais desenvolvidos. Em sua opinião, as pessoas falam por falar e para denegrir a imagem do Executivo. Pensa que a única estrada do concelho que precisa de arranjo urgente é a estrada de Montalegre a Padornelos.

O deputado António Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, disse que na estrada de Lamas só taparam alguns buracos e aquela estrada precisa de mais arranjos. Pediu ainda o arranjo do estradão para Loivos.

O deputado Francisco Surreira disse que os picheleiros da Câmara cortam a água sem avisar a população e isso é falta de educação. Chamou a atenção para o passeio junto da Pastelaria Campos, que não existe, e se houver ali algum acidente com crianças a responsabilidade será inteiramente do Presidente da Câmara. Disse ainda que se tinha perseguido o Presidente da Junta da Vila da Ponte por causa da poluição e a Câmara andou a espalhar erbicida pelas ruas da vila que depois é arrastado pelas chuvas para o rio.

O deputado Luis Carril agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia as respostas, por escrito, às questões que tinha colocado. Disse que já tinha falado nos enfeites de Natal que ainda estão colocados em Salto e que alguns socialistas também pensam como ele porque um jornal ligado ao partido socialista já escreveu sobre isso. Falou da captação de água à Cerdeira, dizendo que está a deitar para fora e que deve ser arrançada. Disse que, na última sessão da Assembleia Municipal, tinha sido enxovalhado, bem como a bancada do PSD, pois ficou como mentiroso, mas, ao irem a Salto, todos puderam verificar a situação dos esgotos da Etar estarem ligados directamente para o rio, contrariando o que disse o Senhor Presidente da Câmara. Disse que não é mentiroso e que se alguém tinha mentido não tinha sido ele. A situação é alarmante e ainda não viu nada para resolver a situação. Espanta-se com o facto de anteriores autarcas não terem conhecimento daquilo que se passa.

O deputado José Manuel Carvalho prescindiu da palavra.

O deputado Paulo Cruz disse que era verdade que a bancada do PSD tem por hábito dizer mal da actividade da Câmara e sobretudo em relação à Pista. Ainda no último fim de semana realizou-se mais uma prova automóvel e se ainda havia cépticos já era tempo de deixarem de o ser porque basta ver a quantidade de gente que juntam aquelas provas. Disse que já nos imitaram na Feira do Fumeiro e na Feira da Vitela e também noutros eventos mas não conseguem imitar a pista automóvel porque os outros concelhos não têm um presidente como o nosso.

O deputado Fernando Calvão disse que em Allariz o rio também esteve poluído e foi devolvido à população. Em Montalegre devia-se fazer o mesmo e resolver de uma vez por todas o problema da zona industrial que devia ser sectorizada para ser possível encontrar os prevaricadores. Falou também dos contentores do lixo que são um foco de infecções e seriam bom que as pessoas se habituassem a determinadas horas deixarem o lixo para o carro o recolher. Disse ainda que há na vila zonas que ainda não têm saneamento básico como, por exemplo, o bairro dos Casais. Disse que ainda há estradas no concelho que estão muito degradadas como, por exemplo, a estrada de Vilar a Meixide e a marginal do Cávado. Sobre as intervenções da Assembleia, disse que algumas oscilam e andam na raia da má educação. Concordou com o deputado Luis Carril quando disse que tinha sido enxovalhado na última sessão, assim como o deputado António Cascais. Pensa que os responsáveis deviam ter mais cuidado.

O deputado João Fecheira entregou o seguinte documento à Mesa:

“Senhor Presidente da Assembleia e
Senhor Presidente da Câmara Municipal,

A Junta de Freguesia da Vila da Ponte procedeu a alguns trabalhos na área da freguesia, de entre os quais o rompimento e alargamento de caminhos agrícolas.

Como todos sabem, os dinheiros são escassos, pelo que se torna necessária a ajuda da Câmara Municipal. Pedi, então, a máquina da Câmara para que a Junta pudesse organizar alguns trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara disse-me que aquele assunto não fazia parte das prioridades da Câmara e a Junta de Freguesia teve de governar-se com o que podia, deixando de efectuar alguns serviços que tanta falta fazem às aldeias.

Qual não é o meu espanto quando ultimamente tenho visto a máquina da Câmara numa das localidades da freguesia, em Bustelo, cujos trabalhos são orientados por uma pessoa que não tem cargo de representatividade nos órgãos da freguesia, sem a Junta saber o que é feito e nem a finalidade dos trabalhos. Mais grave ainda, quando têm vindo a ser feitos rompimentos em área de baldio sem ser dada qualquer satisfação à Junta de Freguesia que é quem administra e gere os baldios da freguesia da Vila da Ponte. Julgo que este comportamento não está correcto.

Senhor Presidente da Câmara, as instalações da Escola da Vila da Ponte foram reparadas há pouco tempo e estão em condições suficientes. No entanto, as professoras têm-se queixado da falta de apoio didáctico, da falta de equipamento para as crianças e com um recreio a precisar de arranjos para ser convenientemente utilizado pelas crianças.”

O deputado José Acácio, Presidente da Junta de Freguesia de Covelães, perguntou quando é que a obra do saneamento das aldeias do rio vai a concurso.

O deputado Domingos Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro, disse que o autocarro de transportes públicos foi só até à aldeia de Paredes e perguntou porque é que não tinha ido a Parada. Pediu que fosse alguém a Outeiro para tentar resolver o problema da água. Ouviu dizer que a Câmara transfere uma verba para as Juntas e estas entregam-na nas escolas para a limpeza. Como Presidente da Junta, ninguém o informou de nada.

O deputado Alberto Martins, falou em nome do partido socialista e entregou o seguinte documento à Mesa:

“O jornal “O Povo de Barroso” de 15.09.2003 publicou um extenso artigo intitulado “A Câmara de Montalegre e os insucessos duma gestão ruínosa”.

Já nos habituou este jornal a um trabalho permanente: denegrir a Câmara e a imagem do concelho. Como é que ao longo da sua vida estes órgão de informação não tenha publicado, por uma única vez, de forma séria, uma iniciativa da Câmara, o arranque de uma obra, uma notícia autárquica, uma inauguração, o relato credível de uma feira ou de um evento cultural? Como é possível que um jornal, subsidiado pelo Estado (e pelos impostos de todos) para ser isento, se assuma como social democrata e do PSD e apenas faça política contra a Câmara? Como é possível alguém de Montalegre, só para fazer política, diga mal da nossa terra, dos nossos produtos e faça propaganda negativa para o exterior?

É esta a democracia, a independência, a isenção e a função de um jornal de Montalegre de serviço público local?

Ou será que tudo reflecte um trauma do seu director? É que quem esta crítica, sem convicção e sem substância é certo, deveria ser o primeiro a compreender as dificuldades das Câmaras, o muito que sempre fazem a ter mais respeito pelo próprio órgão e até pelo voto do povo.

Não merecia, contudo, grande preocupação essa longa expressão do sentimento de qualquer ajuste de contas ou até a tentativa de posicionamento no próprio PSD.

Mas, perante mentiras e o atrevimento, no respeito pelo povo, exige-se que se rebata a demagogia e se reponha a verdade.

Começaríamos por salientar a imaginação de ilustrar o título na primeira página com uma foto inventada que não existe e nunca existiu no nosso concelho.

Mas o autor da pouco convicta e exagerada crítica à Câmara começa logo por, sinceramente, se desculpar a ele próprio. Diz que agora estamos no tempo das “vacas gordas”. Quer ele dizer que agora se faz muita obra e no tempo do PSD não se fazia nada! Porque esta de estarmos em tempo de “vacas gordas”, nem por ironia. Mas se a Câmara faz muitas obras, e faz, não é porque se vive na abundância. É porque há trabalho, porque há projectos, porque há persistência e determinação para se arranjar dinheiro. É porque há imaginação e competência!

E não venham dizer que no tempo do PSD não havia essas oportunidades. Havia. Por um lado havia coincidência na cor política da Câmara e do governo. Por outro lado houve as medidas de pré-adesão e o I Quadro Comunitário. Só que o PSD não tinha projectos nem garra para fazer fosse o que fosse!

E veja-se o descaramento de alguém que diz que “as populações se encontram como há dezenas de anos” quando o PSD esteve à frente do concelho 15 anos e deixou a vila de Montalegre com água duas horas por dia!

Vêm depois a infra-estruturas rodoviárias. É caso para dizer que não há maior cego do que aquele que não quer ver! Então a Câmara socialista não fez uma revolução nas estradas? Não se lembra o autor da prosa que quando o PSD deixou a Câmara não havia estrada digna para a fronteira e que a estrada para Vilar era uma “picada”? E desconhecia que 18 aldeias de Cabril não tinham estrada, que em Salto apenas havia alcatrão para Pereira e para Linharelhos, que a Paio Afonso não iam os carros, que de Paradela a Outeiro faziam-se 20 Km e agora são 4, que a estrada do Rio estava intransitável, que Penedas e Sexta-freita não tinham acesso pavimentado, que de Borralha para a EN 103 era terra batida, que não se passava de Serraquinhos para o Videiro, que não havia estrada de Arcos para Cervos e Arcos para o Antigo? E não sabia que foram os socialistas que fizeram a estrada de Santo André para Solveira? Não sabia o escribão da crítica que de Aldeia Nova a Negrões, de Meixedo a Pedrário, de Covelães a Pitões e a Tourém as estradas estavam intransitáveis e a de Vilarinho a Lama da Missa só agora teve tapete? Que a estrada de Vilar, de Santo André e de Tourém para Espanha também foram os socialistas que as fizeram! Que a estrada de Paradela a Ferral foi repavimentada e que a estrada do Gerês, de Paradela a Fafião, que ninguém acreditava que fosse feita, foi começada e acabada pelos socialistas?

Com tanta crítica sobre a alegada incompetência da gestão socialista e incapacidade de defender o concelho, então teremos de perguntar porque é que não foi o PSD que resgatou o legado Albino Fidalgo que tantas casas vai permitir construir em Montalegre. E já não falo da EDP. É que se o PSD iniciasse o trabalho de contestação à EDP como faz a Câmara socialista, com determinação e saber, já hoje poderíamos estar a receber muito mais dinheiro que justamente nos deve ser atribuído.

Mas a referência à estrada de Santo André à fronteira é um belo exemplo de hipocrisia e da falta de senso. Falta de senso porque a estrada cumpre as suas funções. A ligação principal a Espanha é por Sendim. Não queremos trânsito de camiões por outras estradas. Futuramente teremos outra ligação Vilar/Chaves ao IP3. Mas a hipocrisia é grande também por ter sido o autor da crítica que aquando da ligação fronteira rejeitou a ligação por Santo André que muitas pessoas reclamavam.

E é semelhante hipocrisia ouvir falar de necessidade em Santo André porque quem nos critica esteve 15 anos na Câmara e não pregou um prego naquela freguesia. Foram os socialistas que fizeram o saneamento, a rede de águas, as ruas todas, a estrada para Solveira, a beneficiação da estrada para Gralhas, os caminhos e até a própria estrada para a fronteira. Tudo! Tudo o que lá está feito em Santo André é marca socialista!

A prosa chega a ser delirante quando fala na vaidade de ser barrosão.

Então quem é que fez mais pela promoção e divulgação da nossa terra? Não foi a Câmara Socialista? Montalegre não é hoje mais visitada, mais conhecida e até mais respeitada?

Não são as feiras, os eventos como o Parapente e a promoção do presunto e da vitela que dão nome a Montalegre? Não é verdade que, graças a essa política, o orgulho Barrosão está em alta? Apenas continua a ser prejudicado por críticas e campanhas maldosas do PSD.

Sobre a estrada de Meixide podia explicar-se se quem critica estivesse de boa fé. Mas quem critica apenas quer enxovalhar a Câmara. E estão só se pode dizer: Tenham juízo!

A estrada de Vilar a Meixide precisava de conservação urgente para aguentar o próximo inverno. E foi o que se fez. Não há ainda o projecto final de ligação Vilar Chaves. Não se sabe se a nova estrada vai pela Assureira se vai pelo traçado actual de Meixide (com rectificação). Então, sendo possível que esta estrada venha a ter obras de vulto daqui a um ou dois anos, que fazer? Deixar estar os buracos? Ou fazer reparação para servir melhor até à nova estrada?

E sobre as estradas de ligação do concelho ao exterior o que se pode dizer é que se podem comparar às de outros concelhos como por exemplo Chaves. Queremos melhor, é certo, e estamos a consegui-lo, mas não digam que os outros estão melhor que nós.

As contradições na análise às obras de urbanismo comercial mostram bem a falta de convicção na crítica.

Mas o que se diz das rotundas é da maior ignorância e demagogia. Só falta dizer que o dinheiro das rotundas de Montalegre resolvia todos os problemas do concelho!

O que se pode dizer é que queremos dar beleza à vila, que temos gosto, e que sabemos arranjar dinheiro.

Ficamos a saber que se o PSD governasse a Câmara não havia rotunda do rio nem o monumento à chega dos bois. Porque não gostam das coisas bem feitas e porque não eram capazes de arranjar dinheiro.

Mas fique a saber-se que o dinheiro dos bois veio para Montalegre porque apresentamos um projecto que convenceu os responsáveis do programa comunitário e que a verba apenas podia ser utilizada no que foi. Se o dinheiro não viesse para o que veio, provavelmente ia para Lisboa. Não houve, pois, esforço financeiro da Câmara, o que toda a gente devia elogiar.

Mas quem nos critica é quem menos o devia fazer. É que na rotunda dos bois havia uma confusão de trânsito, para além da obra mal feita (lembrem-se de que aquele troço de rua esteve sistematicamente cheio de buracos e uma vez teve de ser um destacado dirigente do CDS a meter lá a máquina e material para os tapar?) E no Valdoso os autocarros não passavam da escola para a Mijareta e, por existir ali uma lomba havia acidentes frequentes na entrada quem vem de Gralhós para a escola secundária. Foi para corrigir essas asneiras do PSD que se fez a rotunda. E juntando bom gosto com um motivo que promove a nossa história e a nossa cultura e que une os Barrosões.

Também ficamos a saber que se o PSD governasse a Câmara continuavam os acidentes no Valdoso e não havia lá a réplica dos claustros do Mosteiro de Pitões porque não gostam e não sabiam arranjar dinheiro.

Fala-se do Gabinete Técnico Local, por nostalgia. Só não falou no Centro de Artesanato que engendrou e que tinha a sua esposa à frente da Associação, a quem queria entregar as Casas do Castelo que agora vão receber um moderno Centro de Informação – o Ecomuseu de Barroso.

E já agora refiro que Montalegre tem mais candidaturas AGRIS para recuperação de aldeias que qualquer outro concelho. Que Montalegre foi a sede de concelho (a seguir a Chaves) que teve mais dinheiro do Procom para recuperação privada dos comércios. A Câmara socialista elaborou ainda o Plano de Urbanização de Montalegre, o Plano de Pormenor das Mós e está em conclusão o Plano de Ordenamento da Albufeira de Pisões. Se houvesse GTL, isto é, se estivéssemos à espera que todos estes projectos fossem executados pelos funcionários ainda hoje os não teríamos.

Boa é também a do saneamento. O PSD fazia o saneamento numa rua da aldeia e contava com fossa na aldeia toda. É que Meixide ainda hoje reclama o saneamento. E em Vilar, Salto e mesmo Montalegre, a Câmara socialista fez mais do que o que existia.

Mas falar de poluição no rio Cávado quem meteu a ETAR na Costa, em cima do Rio, contra tudo e contra todos, não lembrava ao diabo. Faz mesmo lembrar as brincadeiras do Tony Silva! Bravo!

O instinto maldizente chega ao cumulo quando refere que o campeonato do Mundo de Parapente “nenhuma projecção trouxe para Montalegre”. Isto é a falta de respeito pelo Club local Papaventos, pela Federação Portuguesa de Voo Livre, por todas as pessoas que puxaram para cá o evento e se empenharam na sua realização. Isto é a prova provada das traições ao concelho, como é indecente tecer críticas às feiras com o único argumento de que “o povão tira a barriga de misérias”, como escreveu o autor da crítica à Câmara.

Pede-se respeito, se ainda há para o dar.”

Findas as intervenções, O Senhor Presidente da Assembleia leu o protesto que tinha sido apresentado pelo deputado Domingos Vasconcelos:

“VOTO DE PROTESTO

- Considerando que o Ministério da Educação terminou o contrato de Associação para os 5º, 7º e 10º anos da Escola Misarelacoop;
- Considerando que esta decisão vai determinar, a prazo, o encerramento desta Escola;
- Considerando a existência deste tipo de Ensino a funcionar na freguesia de Ferral há cerca de 40 anos;
- Considerando o nº de aldeias beneficiadas com o funcionamento desta Escola;
- Considerando a importância desta Escola para a vida das freguesias envolventes, com cerca de 2.000 pessoas;

A Assembleia Municipal de Montalegre reunida em sessão ordinária em 29-09-2003, delibera:

- Condenar a decisão do Ministério da Educação em cortar o apoio financeiro à Escola da Misarelacoop, a partir do corrente ano lectivo;
- Repudiar a forma intempestiva e a atitude arrogante com que o assunto foi tratado por parte da Direcção Regional da Educação do Norte.

Montalegre, 29 -09-2003, Assina, Domingos Aguiar Vasconcelos”

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Martins, João Soares, António Ferreira, Paulo Cruz, António Cascais.

O deputado Alberto Martins perguntou o que é que o protesto referia em relação à Câmara. Pareceu-lhe ter ouvido pela leitura que falava na passividade da Câmara.

O deputado João Soares disse que o protesto não foi lido na altura da intervenção do deputado que o apresentou e ficaram duas ideias: uma de repúdio em relação à atitude do Ministério e outra em relação à passividade da Câmara. Referiu que a Câmara pediu uma audiência ao Senhor Director Regional de Educação do Norte, que veio a Montalegre, e falou com todas as escolas. Portanto, a atitude da Câmara não foi passiva. Terminou, dizendo que estava de acordo com o protesto.

O deputado António Ferreira disse que subscrevia na íntegra aquilo que tinha sido dito pelos deputados Alberto Martins e João Soares. Perguntou quem é que tinha iniciado o processo de encerramento da Escola Misarelacoop e quem é que pressionou a construção da Escola do Baixo Barroso no sítio onde está.

O deputado Paulo Cruz disse que estava de acordo com o protesto e que ninguém está de acordo com as medidas tomadas pelo governo. A Junta de Ferral vai perder muito a nível social e cultural. Este governo não tem em conta as localidades mais desfavorecidas, nem as localidades do interior. Disse ainda que tinha sido bom que o Senhor Presidente da Assembleia tivesse lido o protesto porque houve a tentativa de envolver a Câmara no encerramento da Escola.

O deputado António Cascais perguntou se, em relação à localização da Escola do Baixo Barroso, estava em desacordo. Disse que a decisão final de encerramento da Escola da Misarelacoop diz respeito ao governo actual, mas a sua origem teve lugar no governo PS que legislou nesse sentido através de despacho. Pensa que este assunto deve estar acima dos partidos. Condena a atitude do Ministério que não aproveita as condições óptimas existentes e não liga às necessidades da população.

Findas as intervenções, o deputado João Soares pediu a palavra para esclarecer que o despacho de Abril não é avulso, é dado todos os anos, aquando do reordenamento da rede escolar. Antigamente havia sempre uma ressalva que, desde que não se atingisse o número mínimo de alunos por turma, devia ser apresentada uma justificação para que a turma funcionasse com menos alunos, sem atingir o limite mínimo. Não se esperava que o actual ministro defendesse turmas com 25 alunos porque, quando era deputado, defendia que as turmas deveriam ter 19 alunos.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se solidariza com os alunos e com os pais nesta situação porque o Ministério não estudou bem as distâncias. Foi a Câmara que pediu uma reunião com o Director Regional e com todos os representantes das escolas do Concelho, mas a realidade dos números é cruel porque o Director Regional perguntou como é que o Estado pode pagar tanto por uma turma de 4 alunos por uma turma de 25. Pensa que o actual Director Regional é dos técnicos mais competentes que há no Ministério da Educação. Veio a Montalegre, fez perguntas, mas não obteve respostas. Teve, portanto, argumentos técnicos e legais que ninguém podia contestar.

O deputado Domingos Vasconcelos pediu para esclarecer que no seu protesto não atacou a Câmara; única e simplesmente falou da sua passividade.

O Protesto foi aprovado por maioria com três abstenções.

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes, o Senhor Presidente da Assembleia pediu que o deputado António José Carvalho esclarecesse o que tinha referido na sua intervenção porque se tinha dirigido a ele e não o entendeu. O deputado António José Carvalho disse que não falaria porque seria melhor. O Senhor Presidente da Assembleia insistiu para que o deputado falasse porque não se atiram pedras e de seguida esconde-se a mão. O deputado António José Carvalho disse então que a importância que o Senhor Presidente da Assembleia tinha, tinha sido ele quem lha deu porque, quando foi candidato à presidência da Câmara, ele e o seu pai andaram de porta em porta a pedir votos para ele. Que foi ele e o seu pai que o colocaram no lugar que teve.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que continuava a não compreender a atitude do deputado e mostrou-se admirado como é possível, em democracia, pensar-se fazer ou ter feito tal favor. Mas que agradecia.

O deputado António Cascais pediu a palavra para dizer que estava solidário com o Senhor Presidente da Assembleia porque não concordou com o ataque que o deputado António José Carvalho fez ao presidente da Mesa.

Findas as intervenções, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder e sobre a intervenção do deputado António José Carvalho lamentou que incidentes deste tipo sejam trazidos para a Assembleia Municipal porque eles correspondem a interesses e conflitos pessoais. O Dr. Pires merece a maior consideração, a todos os níveis. A sua integridade moral, social e política não pode ser, minimamente atacada, nem como cidadão, nem como político. E o Presidente da Assembleia Municipal cargo que o Dr. Pires exerce com a maior dignidade também, pela regra da democracia e por respeito ao poder local merece da população e de todos nós o maior respeito.

Ao deputado António Cascais sobre o passeio da avenida, disse que existe um conflito com a proprietária e é uma expropriação litigiosa. Relativamente à intervenção do deputado António José Carvalho, e sobre os horários dos estabelecimentos, disse que a Câmara tem obrigação de fazer cumprir o regulamento. Se entenderem discuti-lo, pode-se discutir, mas devem ser ouvidos os patrões e os empregados porque o regulamento se

não está bem pode alterar-se, mas cumprindo as normas. Enquanto não se alterar, e ele foi aprovado por unanimidade, tem de se cumprir.

Ao deputado Luis Pereira disse que, sobre os pedidos que tinha feito, iria ver se podia mandar executá-los.

Ao deputado Ricardo Moura disse que as obras no multiusos estão paradas, mas foi um processo complicado a sua adjudicação. Já foi explicado, mas esse assunto irá ser resolvido e já há garantias de que as obras vão recomeçar na semana que vem.

Ao deputado António Azevedo disse que a estrada de Lamas iria ser pavimentada e que iria avançar com o concurso para ser pavimentada no próximo ano.

Ao deputado Francisco Surreira disse que os cortes de água só acontecem por avaria. Sobre a recolha do lixo, disse que se faz duas vezes por dia. Era boa ideia pôr os sacos do lixo à porta, quando o carro passasse, ou pôr contentores individuais, mas a ideia que está implementada é a dos contentores que já existem. O lixo deve ser embalado porque os contentores são para o lixo doméstico e não para o lixo industrial.

Ao deputado Luis Carril disse que a referência que tinha feito na última sessão sobre o esgoto de Salto não era verdadeira porque perguntou onde é que saía o esgoto e não respondeu. E que sabia que tinha havido obras há pouco tempo no Torrão da Veiga e que o esgoto não podia estar a correr para o rio. No entanto reconheceu que a situação na Etar não era a que pensava e que por isso admite que não tinha toda a razão na reacção exagerada perante as críticas pouco consistentes do Sr. Luis Carril.

Ao deputado Paulo Cruz disse que Montalegre já tem uma oferta muito diversificada. Quem sempre acusou a Câmara de não haver gente nas provas automóveis devia colocar lá alguém para contar o número de pessoas que estavam na pista. A pista enche, o que é preciso é que o tempo esteja bom.

Ao deputado Fernando Calvão disse que em Alhariz o património estava lá. Havia muita poluição com os cortumes, mas isso acabou há muito. Mas o património já existia: pontes, muros, açudes, etc. e foi fácil recuperar. Sobre o rio Cávado, disse que grande parte do problema da poluição tem a ver com o caudal do rio que é mais baixo agora do que há trinta anos atrás. Praticamente metade. Mas que a obra de recuperação do rio e das margens vai ser realizada.

Ao deputado João Fecheira pediu que estabelecesse prioridades porque não pode ser feito tudo ao mesmo tempo. Nem se pode pedir hoje uma coisa, amanhã outra e depois já não são estas são outras. Enumerou algumas obras que a Câmara tinha feito na sua freguesia. Relativamente à Escola Primária, disse que era uma das mais bem apetrechadas e com bom funcionamento. As lacunas a que o Senhor Presidente da Junta fez referência não têm sentido.

Ao deputado José Acácio disse que há um pequeno pormenor com o tratamento dos afluentes, mas vão a concurso, brevemente, os quatro saneamentos das aldeias do Parque.

Ao deputado Domingos Moura disse que vai ver o que se passa com a recolha dos passageiros, e se houver gente para transportar em Parada, o autocarro passa lá. Disse que a questão dos transportes públicos é complicada porque antigamente havia mais gente do que actualmente e havia menos carros. Disse ainda que as Juntas têm de pagar a manutenção das escolas e a limpeza. Quando a Junta não tiver dinheiro, deve prová-lo junto da Câmara e a Câmara transfere a verba.

Sobre a intervenção do deputado Alberto Martins, disse que foi a resposta a um artigo que saiu num jornal e que a resposta estava dada e não merecia mais nenhum comentário.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, Francisco Surreira, Luis Carril, Paulo Barroso e Alberto Martins.

O deputado António Cascais disse ao deputado Paulo Cruz que a postura do PSD, em relação à Pista Automóvel, é a mesma de sempre e disse ainda que tem razões para não mudar de opinião porque não era prioridade. Não entende como é que o deputado se opôs tanto à instalação de um parque eólico no Larouco e é a favor de uma pista que, essa sim, é poluente. Sobre a notícia do jornal e a intervenção do deputado Alberto Martins, disse que estava à vontade porque todos sabem que ele próprio criticou o autor da notícia na altura própria e qual foi a posição que tomou na eleição do Dr. Pires e que foi pena que o PS não tivesse lido o jornal todo porque até tinha um artigo em que falava nas obras da Câmara. Referiu ainda que o jornal não é do regime porque o regime tem a sua própria imprensa. Não fica bem ao PS estar sempre a denegrir a imagem do PSD. É costume a bancada do PS dizer que o PSD é incompetente, não presta, não faz nada, nem nunca faz nada de jeito. Falou também da saída de pessoas do concelho de Montalegre e disse que, se as pessoas não tiverem trabalho, não se consegue fixar ninguém.

O deputado Francisco Surreira disse que, quando falou do aviso do corte de água, referia-se a uma obra que foi feita na rua dos bombeiros e não custava nada avisar as pessoas.

O deputado Luis Carril disse que não entende como é que uma pessoa tem duas medidas. Na Assembleia de Freguesia diz que não se devem discutir os artigos dos jornais e a mesma pessoa vem para a Assembleia Municipal falar de um artigo de um jornal. Sobre a questão do saneamento, admite que tenha sido um pouco exagerado, mas pensa que é desculpável porque foi chamado na Assembleia de mentiroso. Disse que era verdade, que não se tinha apanhado o esgoto a correr para o rio, mas também mau era que isso tivesse acontecido. De qualquer forma ainda conseguiram ver alguns restos.

O deputado Paulo Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Tourém, disse que já há algum tempo que tem lutado para que o comércio em Tourém esteja aberto aos fins de semana porque é quando se faz mais negócio. Ficou surpreendido quando soube que em Montalegre os comerciantes andam em guerra e a Câmara devia tomar posição sobre isso porque devemos chamar os turistas, mas também é nossa obrigação servi-los. Referiu ainda que, quando o Dr. Pires ganhou as eleições, passados três meses, iniciaram-se as obras na estrada da fronteira que já andava a ser prometida há vários anos.

Inscreveram-se para prestar mais esclarecimentos os deputados Paulo Cruz e Alberto Martins.

O deputado Paulo Cruz disse ao deputado Fernando Calvão que a poluição do rio não é só devida à Etar. Os problemas que existem na Zona Industrial poderão ser minimizados com a construção da nova Etar. A utilização de pesticidas na agricultura também é muito poluente. Disse ainda que não tinha gostado das insinuações, nem da argumentação utilizada pelo deputado António Cascais. A sua posição em relação à energia eólica foi em relação há hipótese da sua instalação no Larouco. Não é contra a energia eólica porque é uma energia alternativa e, como é amante do ambiente, é a favor deste tipo de energia porque não é poluente. Em relação à pista, disse que é um polo atractivo para Montalegre, mesmo que o PSD o não queira ver.

O deputado Alberto Martins, em referência à intervenção do deputado Luis Carril disse que, quando iniciou a sua intervenção, referiu claramente que iria falar em nome do partido. Que também escreve nos jornais mas que não ofende ninguém.

No final das intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. Disse que a Etar de Salto já foi melhorada. Sobre a intervenção do deputado António Cascais, disse que o exercício da liberdade não é só para criticar, também é para se defender. Houve gente do PSD que pensa que só o PSD tem o direito de criticar, mas o PS também tem o direito de criticar e de se defender. A perda de população é um problema que atinge todo o interior e toda a província de Trás-os-Montes. Disse que gostava que aparecesse uma ideia de combate à desertificação. A Câmara tem feito de tudo para combater a desertificação: dois loteamentos industriais, várias empresas de construção civil (que dão trabalho aos de fora e até aos estrangeiros, só não dão aos de Montalegre e até gostava de saber porquê). Investimento na promoção do concelho, as Feiras do Fumeiro e da Vitela que constituem uma mais valia para as gentes do concelho de Montalegre, o Ecomuseu e a promoção turística são iniciativas que trazem muita gente e dinheiro a Montalegre. E para o provar basta ver que todas as unidades hoteleiras existentes foram construídas no tempo dos executivos PS.

Findas as intervenções, o deputado Acácio Gonçalves apresentou um requerimento à Mesa que foi lido aos presentes.

A Mesa indeferiu o requerimento.

O deputado Acácio Gonçalves respondeu dizendo que iria recorrer da decisão.

O deputado António Cascais disse que o requerimento pode ser admitido ou não e disse que o deputado Acácio tem razão moral e há uma situação de injustiça em relação ao deputado Alberto Martins.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não faz as coisas com maldade, mas em seu entender, se o deputado Alberto Martins teve o direito de intervir, ele também tem.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu, dizendo que a inscrição do deputado Alberto Martins foi feita ainda ninguém estava a falar. Pessoalmente não tem nada contra o deputado Acácio Gonçalves, simplesmente houve o cumprimento do regulamento, pedindo compreensão.

O deputado Acácio Gonçalves retirou o requerimento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos presentes de toda a correspondência recebida.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves, António Ferreira, José Manuel Carvalho, Luis Carril, Paulo Cruz e José Rodrigues.

O deputado António Cascais disse que, relativamente à actividade e situação da autarquia, não há nada demais, mas há algumas obras que até merecem o apoio do PSD como, por exemplo, a variante ao rolo.

O deputado Acácio Gonçalves congratulou-se pela dívida estar a diminuir. Disse ainda que vê muitas obras em muitas aldeias, mas em Morgade e Cervos só prevê o tratamento de água em Criande e a colocação de um cano em Morgade. Vê muitas obras em todo o concelho e nestas duas freguesias não há obras. O Senhor Presidente da Câmara diz que tem as aldeias todas ligadas através de estradas com alcatrão, mas a aldeia de Minas de Bessa não tem. Falou também dos rebentamentos que a pedreira, que está a ser explorada pela firma José Moreira Fernandes e Filhos, está a fazer e as pessoas de Friães têm-se queixado. Em seu entender, o Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo devia rever os contratos que tem com a referida empresa porque são baixos e, além de funcionar como pedreira, também está a funcionar como estaleiro. Finalmente, e referindo-se ao saneamento, disse que há uma lei que obriga as empresas a ter uma mini-Etar e devia-se obrigar a cumprir.

O deputado António Ferreira perguntou se a Câmara fez ruas pintadas de preto. Disse ainda que não sabe se as coisas não são bem divulgadas ou se não há interesse por parte das pessoas porque, recentemente, foi feito um colóquio na Câmara sobre a nova Etar e pouca gente apareceu. Referiu ainda que tem visto obras por muito lado e quem cá está há muito tempo nota bem a diferença, esta Câmara tem feito muito pelo concelho todo. Leu um artigo publicado no jornal O Povo de Barroso, escrito pelo Dr. Barroso da Fonte, em que exprime toda a mudança positiva verificada no concelho e perguntou quem é que fala verdade, se é o Dr. Barroso da Fonte ou se é o prof^o Carvalho de Moura.

O deputado José Manuel Carvalho pediu ao Senhor Presidente da Câmara que se lembrasse de Salto e mandasse para lá a máquina para arranjar alguns caminhos.

O deputado Luis Carril disse que, na intervenção do deputado Alberto Martins, foi dito que o jornal era partidário, na intervenção do deputado António Ferreira o jornal é credível porque até já fala bem da actividade da Câmara. Disse ainda que a freguesia de Salto representa uma parte substancial no concelho de Montalegre e sabe que o Presidente da Câmara vai justificar, com demagogias, aquilo que se tem lá feito. Da análise do documento apresentado, verifica que a vários níveis a freguesia de Salto não tem sido contemplada com nada.

O deputado Paulo Cruz disse que a dívida está controlada, apesar do Senhor Presidente da Câmara ter dito que vai aumentar novamente, o que, em seu entender, é muito normal porque, se há obras, tem de haver dívida. Sobre quem tem razão ou não, as dúvidas tiram-se nas eleições.

O deputado José Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Câmara andou a colocar alcatrão no meio da aldeia do Cortiço, o que é inaceitável. Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara tem de definir qual a sua política porque anda a tirar o alcatrão da vila e trata as pessoas das aldeias como sendo pessoas de segunda porque anda a pôr alcatrão no centro das aldeias para depois alguém tirar.

O deputado António Cascais pediu a palavra para esclarecer que não é profissional da política e tinha outros afazeres e por isso não pôde estar presente no colóquio sobre a nova Etar. Disse ainda que considerou que iriam ser debatidas questões técnicas, as quais achou que não seriam da sua área e assim a sua presença tornava-se infrutífera.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Ao deputado António Cascais disse que a referência a não haver novidade, só significava o cumprimento do dever, pois não há novidade quando se mostra trabalho e acção. No relatório, dá-se a ideia do trabalho de manutenção que a Câmara faz; para a próxima traz-se um relatório mais minucioso pois há pessoas que não sabem o que a Câmara faz, não sabem o que as máquinas andam a fazer para ter tudo a funcionar. Os funcionários fazem muito trabalho, mas só parte dele é visível. Gostaria que o deputado António Cascais especificasse o que quis dizer com os furos d'água pois indicia irregularidades que não existem.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que realmente se reconhece muita obra por todo o lado e isso é positivo. E referiu que mesmo assim o relatório de obras ainda deve ser analisado pelo seu curto espaço de tempo, o que realça ainda mais a capacidade de realização. Disse ainda que o pessoal, maioritariamente, estava em férias e os outros em actividades culturais mas, mesmo assim, realizou-se muito trabalho. Brevemente trará o que se fez em Rebordelo, Cervos e Morgade porque a Câmara fez obras em todo o lado. As aldeias acabaram agora de ficar todas ligadas com rede viária, com a ligação entre as Penedas. A rede viária e os arruamentos são obras que nos orgulham. As coisas fazem-se com equidade e atendendo às necessidades das pessoas, mesmo as pequenas aldeias com poucas pessoas beneficiam também. Sobre as pedreiras, disse que têm normas e regulamentos próprios. Se a pedreira ou outra actividade industrial prejudicar alguém, deve-se exigir dos responsáveis a reparação dos danos. Sobre as Etar's do loteamento industrial, disse que já se fizeram vistorias e foram verificadas algumas incorrecções, mas as instalações foram licenciadas pelas entidades próprias.

Ao deputado António Ferreira, e sobre as ruas pintadas de negro, disse que a solução para a estrada de Vilar de Perdizes a Meixide foi provisória e fez-se aquela intervenção para não deixar degradar mais a estrada durante o inverno.

Ao deputado Luis Carril disse que, na sua intervenção, fez algumas reclamações, da análise do relatório, de forma infantil. Dizer-se que a freguesia de Salto não foi contemplada com nada, não só é demagogia, mas descredibiliza completamente quem o diz. Há pessoas que se queixam de que não se fazem obras em Salto e há algum tempo atrás essas mesmas pessoas diziam que só se faziam obras em Salto. Perguntou se não foi o executivo socialista que fez o Torrão da Veiga, o loteamento industrial, assim como todas as estradas. Também a escola primária de Salto foi totalmente remodelada, bem como houve o reforço da água a Salto e o melhoramento da qualidade. Pensa que devia haver mais seriedade e ser-se mais homem quando se fala de política e não vale a pena vitimizar-se. O PSD de Salto trazia os votos e durante quinze anos não pregou lá um prego. Agora alguns PSD's não vêem o saneamento, águas e ruas da Borralha, nem a estrada de Salto a Linharelhos, que é um investimento em curso de mais de 150 mil contos. Será que isto não é para a freguesia? perguntou o Senhor Presidente da Câmara.

Ao deputado José Rodrigues disse que a questão do alcatrão é uma questão de gosto. Há um limite aceitável para fazer uma parte em pedra e outra em alcatrão. Se se pensasse fazer tudo em pedra, ainda muitas aldeias estariam muito atrasadas. De qualquer forma 90% das aldeias têm as ruas em pedra. E disse ainda que o PSD e o deputado é que tratavam as pessoas das aldeias como de terceira ou quarta categoria, porque sacavam os votos e não faziam nada, como acontece no Cortiço que teve de ser a Câmara PS a fazer.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados José Manuel Carvalho, António Ferreira, Luis Carril, Paulo Cruz e José Rodrigues.

O deputado José Manuel Carvalho disse que o Senhor Presidente acabou por não lhe responder, quando falou nos caminhos agrícolas, e na última sessão disse que tinha pedido e que devia ter exigido porque alguns dos caminhos foram danificados com a passagem de um rally.

O deputado António Ferreira quis esclarecer que quando falou nas estradas pintadas não foi no sentido depreciativo da qualidade da obra.

O deputado Luis Carril esclareceu que nunca ninguém disse que durante estes anos a Câmara socialista não fez nada em Salto. Disse que a Escola de Salto fizeram-na e foi bem feita, mas a Casa do Capitão tem problemas gravíssimos e toda a gente sabia que os tinha e, nesta altura, ainda está a meio da segunda fase e já foi uma promessa do primeiro mandato do Dr. Pires. O loteamento industrial ainda não está terminado e já se ouve falar dele há vários anos. A estrada da Borralha é uma vergonha falar nela, mas o Senhor Presidente teve que ser quase empurrado para a fazer. Pediu ao Senhor Presidente que não dissesse que eram muitas obras porque eram obras com décadas. Disse ainda que acredita que a Junta de Salto tenha sido beneficiada pela Câmara, mas desde que a Junta mudou nunca mais teve o apoio que tinha tido.

O deputado Paulo Cruz disse que não lhe parece correcto que o líder da bancada do PSD considere a sessão de esclarecimentos sobre a Etar uma acto político.

O deputado José Rodrigues disse que sabe que o Senhor Presidente da Câmara tem o apoio das pessoas quando põe alcatrão nas aldeias, mas isso é aproveitamento porque as pessoas são pouco esclarecidas e o Senhor Presidente também sabe que futuramente virá alguém que terá de o tirar. Disse ainda que gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara falar sobre as Comunidades Urbanas.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o quartel dos Bombeiros de Salto é uma obra da Associação e o deputado Luis Carril, como membro dessa Associação, é um dos responsáveis pelo atraso da obra. A Câmara comprou o terreno e fez o projecto, cumpriu com a sua obrigação. Se há atrasos, a culpa é da direcção. Mas é cómico ouvir o deputado Luis Carril a dizer agora o contrário do que disse há pouco. Na última intervenção disse que a freguesia de Salto não tem sido contemplada com nada e agora vem negar-se e só já diz que isso foi há bastante tempo. É uma brincadeira o que diz o deputado Luis Carril. Quanto ao assunto do alcatrão levantado pelo deputado José Rodrigues, voltou a dizer que era uma questão de gosto e que não ficava nada surpreendido que outros viessem retirá-lo porque esta Câmara também retirou a lama que o PSD deixou. Disse que não faziam obras para toda a vida, mas sim duradoiras porque têm que acudir a muitas outras aldeias. Reconhece que as nossas aldeias têm valor, mas não têm todas o mesmo valor. Em Tourém, Pitões, Paredes, Pedrário, Sirvozelo e Cervos, por exemplo, não há alcatrão. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deu uma pequena explicação sobre as comunidades urbanas.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Proposta de definição da taxa do imposto municipal de derrama vigorar no ano de 2003

O Senhor Presidente prestou os esclarecimentos necessários.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Paulo Cruz e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que, para apanhar o tubarão, vai-se apanhar o peixe miúdo. Manifestou desacordo. A maioria dos municípios do país aplica a derrama, mas no concelho de Montalegre não concorda com ela porque há empresas que pagam 100 contos e são quantias elevadas para as empresas que temos.

O deputado Paulo Cruz disse que é um imposto do qual não podemos abdicar porque os cortes orçamentais que o governo fez são muito elevados.

O deputado António Ferreira pediu que o deputado António Cascais revelasse qual é a empresa do concelho de Montalegre que paga 100 contos de derrama.

O deputado António Cascais disse que não revelava sem antes pedir autorização à referida empresa para o fazer.

O Senhor Presidente da Câmara disse que da receita da derrama prevê 20 mil contos, 15 mil contos são pagos pela EDP e 4 mil das restantes empresas onde se incluem os bancos. Disse ainda que se o deputado António Cascais acha que as empresas que pagam 100 contos são penalizadas então o governo do PSD que diminua a taxa do IRC ou da colecta. Com o PSD era tudo de graça, mas ninguém acredita. Seria uma vergonha uma Câmara como a de Montalegre, com tão fracos recursos próprios, prescindir de 18 mil contos da EDP e dos bancos por causa de 2 mil contos que também é preciso cobrar aos provados. Isto só mesmo do PSD!

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com nove votos contra e onze abstenções.

4. Proposta de definição da taxa de contribuição autárquica aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, no ano de 2003

O Senhor Presidente da Câmara prestou todos os esclarecimentos sobre o assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que no ano passado a sua bancada teve uma posição de abstenção em relação à contribuição autárquica. Referiu que é um dos municípios do interior que tem a taxa mais elevada e o aumento é significativo porque para uma casa avaliada em 5 mil contos é diferente pagar 0,7% de 1,1%. Julga que não ficará mal que um município do interior, como é Montalegre, baixe essa taxa.

O deputado António Ferreira disse que iria votar favoravelmente a proposta porque não houve alteração.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que é necessário criar receitas e a forma de as arranjar é complicada porque o concelho de Montalegre não as tem. Há uma empresa que é a EHATB que tem dado muito lucro, mas não é suficiente. Não se pode ter tudo de graça e o PSD quer tudo mais barato, mas não há hipóteses. Referiu ainda que a única forma de se fazer justiça seria tributar o património, mas não cabe à Câmara resolver essa questão. O PSD está contra, porque está, irresponsavelmente, contra tudo.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com sete abstenções e dois votos contra.

5. RESAT – Aumento de Capital Social 1.500.000€ para 2.000.000 euros/subscrição de mais 7.500 acções

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José Rodrigues que perguntou se havia reservas de investimentos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida em voz alta a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1ª Secretário

O 2º Secretário